

O processo de planificação estatal e a modernização da indústria chinesa na contemporaneidade

Viviane Silveira Dias¹
Marisela García Hernández²
Valdeir de Oliveira Prestes³
Luis Claudio Krajevski⁴

Resumo: A partir do final do século XX a economia chinesa tem se destacado pelo forte crescimento econômico, impulsionado pela indústria, que teve como base a planificação estatal iniciada com a Revolução Socialista de 1949. Desse modo, o objetivo deste estudo é identificar algumas das particularidades dos processos de centralização e descentralização da execução da planificação estatal, vinculados ao desenvolvimento do sistema industrial chinês no final do século XX. Os procedimentos metodológicos foi a revisão bibliográfica, de natureza qualitativa. Os resultados da pesquisa indicam transformações substantivas na planificação ao longo do tempo, diferenciando-se das experiências de outras economias socialistas, uma vez que foram introduzidos mecanismos de mercado, mas com direcionamento do Estado, que centralizou as estratégias da industrialização por meio de empresas estatais e da reconfiguração das *Township and Village Enterprise*. Isto resultou em uma planificação estatal *sui generis*, que inovou o processo de industrialização, sem a qual não seria possível compreender a China do século XXI.

Palavras chaves: Estado, centralização e descentralização; modernização chinesa; socialismo.

The process of state planning and the modernization of the chinese industry in contemporary times

Abstract: From the late 20th century onward, the Chinese economy has stood out for its strong economic growth, driven by industry, which was founded on state planning initiated with the Socialist Revolution of 1949. Thus, the objective of this study is to identify some of the particularities of the processes of centralization and decentralization in the execution of state planning, linked to the development of China's industrial system in the late 20th century. The methodological procedure was a qualitative bibliographic review. The research results indicate substantive transformations in planning over time, distinguishing it from the experiences of other socialist economies, as market mechanisms were introduced but remained under state direction, with the government centralizing industrialization strategies through state-owned enterprises and the reconfiguration of Township and Village Enterprises. This resulted in a *sui generis* form of state planning that innovated the industrialization process, without which it would be impossible to understand 21st-century China.

Keywords: State, centralization and decentralization; Chinese modernization; socialism.

¹ Economista formada pela Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: diasviviane789@gmail.com

² Economista, doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professora de Economia da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: marisela.hernandez@uffs.edu.br

³ Economista, mestre em Geografia e doutorando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP. Bolsista CAPES. E-mail: v289245@dac.unicamp.br

⁴ Economista, doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR. E-mail: luisck@ufpr.br

1 Introdução

Nas últimas décadas a economia chinesa tem se sobressaído pelo seu pujante crescimento econômico, cujo eixo dinâmico é a indústria. O resultado disso decorreu da conjunção de condicionantes externas, dentre elas a estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a ofensiva comercial americana com o Japão; assim como de condicionantes internas, a saber, a estratégia do Estado chinês visando à afirmação da soberania sobre seu território e população através do desenvolvimento da indústria (Medeiros, 2022). Este último processo se assentou na planificação e controle estatal dessa economia socialista, os quais, teoricamente, são meios para submeter a operação das leis econômicas na direção do desenvolvimento (Lange, 1981).

No ano de 1976, marcado por mudanças estruturais no rumo da política da China e pelas disputas travadas no Partido Comunista da China (PCC) acerca dos rumos do possível socialismo chinês, saiu vitoriosa a posição favorável à modernização da indústria, que tomaria corpo no mandato de Deng Xiaoping (1978-1992)⁵. No bojo desse processo, o planejamento do desenvolvimento do sistema industrial reformula os mecanismos vinculados a sua implementação em relação ao período anterior, a era Mão Tsé-Tung (1949-1976)⁶.

Neste sentido, a China construiu, ao longo do processo de sua história recente, uma tradição de planejamento econômico que se diferenciou do conteúdo das experiências de outras economias socialistas, tanto nas formas quanto nos mecanismos de implementação de suas diretrizes estratégicas, integrantes dos planos quinquenais. Sob esse contexto, o presente artigo teve por objetivo: identificar e compreender algumas das particularidades dos processos de centralização e descentralização da execução da planificação estatal, vinculada ao desenvolvimento do sistema industrial chinês no final do século XX.

Além da introdução, a exposição dos resultados desta pesquisa está organizada em três seções. A primeira, inicia com uma sucinta abordagem teórica sobre o conceito de planificação estatal nas economias socialistas. Na próxima são destacadas algumas das condições e particularidades da industrialização no período Mao Tsé-Tung (1949-1976), que embora se caracterize pelo seu alto grau

⁵ A presença e intervenção do Estado na economia permanece ampla mesmo após a reforma de Deng Xiaoping, mas com alteração na sua forma de atuação. Enquanto no período de 1949-1976, o gerenciamento estatal se dava majoritariamente via planejamento central, com o processo de abertura e a inserção de mecanismos de mercado, houve uma relativa substituição do planejamento central direto e uma opção pela regulação política indireta em 1976.

⁶ Em 1952, a participação da agricultura era superior a 70% do PIB, a indústria era praticamente inexistente, sua participação não chegava a 8%, já em 1978, 36% do PIB chinês já eram formados pela indústria⁶ e 37%, pela agricultura (Milaré e Diegues, 2012). No início do primeiro plano quinquenal, o emprego rural somava 87% ao final da era Mão era de 76% mostrando que o processo de industrialização especialmente da indústria de bens de capital foi um sucesso (Milaré; Diegues, 2012).

de centralização dos processos decisórios e de implementação do planejamento, já incorporava medidas de descentralização essenciais para a industrialização regional, assim como para a ulterior modernização da indústria chinesa. Posteriormente, já no marco das reformas de Deng Xiaoping (1978-1992), são apontadas as características dos processos de centralização e descentralização, vinculados à implementação da planificação estatal, que possibilitaram a rápida diversificação e dinamização da industrial, diferenciando-se das experiências de outras economias socialistas. Por último, são tecidas as considerações finais.

2. O processo de Planificação Estatal no Socialismo

Segundo Wasques (2021), embasado no pensamento de Furtado (2014), o planejamento econômico, o qual pressupõe a capacidade de intervenção direta do Estado nas relações econômicas, é um instrumento necessário às transformações da estrutura econômica. No processo de modificações estruturais, o Estado se utiliza do planejamento para promover ações coordenadas para *estruturar e implementar determinadas estratégias*, com vistas ao alcance de objetivos previamente definidos. Dentro dessa ideia, o planejamento implica em uma política de Estado de médio e longo prazo (Fleider; Oliveira, 2024).

Nesse contexto, o planejamento estatal somente é passível de ser concretizado quando há o controle sob os centros internos de decisão, ou seja, das instituições e meios necessários para implementar decisões sobre políticas econômicas, integrantes de estratégias que buscam alcançar o desenvolvimento nacional (Sampaio Junior, 2012). Sem esses “instrumentos” não é possível exercer as capacidades reguladora e coordenadora por parte do estado nacional.

Segundo Lange (1981), a planificação de uma economia socialista implica na gestão e alocação do excedente econômico, com base em prioridades e estratégias estabelecidas centralmente (isto é, pelo Estado), cuja essência “consiste em assegurar um montante de investimento produtivo que seja suficiente para propiciar uma elevação da renda nacional que supere de forma substancial o crescimento populacional, de modo que a renda per capita aumente” (Lange, 1986 *apud* Silva, 2017, p. 34). Trata-se de transformações que redefinem a estrutura produtiva, induzindo ganhos em termos do bem-estar social como fim último da política.

Lange (1986 *apud* Silva, 2017) ainda trata de dois problemas na redefinição da estrutura produtiva. O primeiro seria a mobilização de recursos para cobrir os investimentos, essa seria amenizada a partir do estímulo a poupança privada. O segundo, o direcionamento desses investimentos através de canais apropriados, que precisa ser enquadrado em uma adoção de canais que promovam o desenvolvimento mais rápido possível da produção. Para isso se torna indispensável

o desenvolvimento das indústrias que produzem bens de capital, visando elevar a capacidade produtiva da economia.

A partir desse contexto, coloca-se um dilema para os países em condição de subdesenvolvimento: a escolha do tipo de tecnologia. Nesse quesito, para Lange (1986 *apud* Silva, 2017), há dois caminhos principais: a) métodos com menor intensidade de mão de obra, que resultam em um nível de emprego mais baixo, mas elevam a produção e a renda nacional; e b) métodos com elevado coeficiente de mão de obra, que levam a um ritmo mais lento de aumento da produção nacional. No caso da economia da China, utilizou-se a combinação dos dois métodos de produção.

Em relação ao Estado socialista, este é capaz de planejar os processos econômicos em função da liquidação da propriedade dos meios de produção da burguesia, isto é, a expropriação dos meios do qual emana o poder econômico e político da classe dominante⁷, assim como pela criação e controle da propriedade estatal (empresas estatais), em sinergia com a propriedade coletiva (cooperativas), cuja dinâmica está sujeita a um planejamento econômico emanado dessa instituição.

O Estado se utiliza da propriedade estatal, dentre outros mecanismos, para orientar e controlar o desenvolvimento de toda a economia. No caso da China, segundo Jabbour *et. al.* (2023) ao centralizar os meios estratégicos de produção nas mãos do Estado, se assegura a base material do poder político emergente, possibilitando a planificação e o controle dos ciclos econômicos. O Estado controla os setores-chave do comando da economia nacional, e planeja as ações necessárias para o avanço do desenvolvimento econômico, cujos objetivos e metas, teoricamente, são definidos a partir dos interesses da sociedade.

Os usos do excedente econômico, para a criação de valor de uso, assim como a intensificação da acumulação, são de fundamental relevância no processo de planificação do desenvolvimento econômico, uma vez que o capital pode ser reinvestido, ou não, em setores que incidem diretamente sobre a capacidade de expansão da indústria (a exemplo dos bens de capital), assim como na produção de gêneros de primeira necessidade (como os alimentos), sendo forças motrizes, ou não, para a superação do *subdesenvolvimento*. Nesse sentido, Silva (2017) destaca que de acordo com Lange (1986, *apud* Silva, 2017), a composição das classes no poder na sociedade socialista possibilita uma outra forma de apropriação do excedente distinto do modelo capitalista, orientado prioritariamente pelo lucro.

⁷ Aqui é importante considerar a “relação entre a burguesia nativa e o capital estrangeiro, considerando que o estabelecimento de uma associação entre estes dois agentes propaga-se para outras instâncias da vida social, inclusive a política, permitindo que o status quo seja fortalecido e perpetuado. Isto significa que a presença de empresas estrangeiras em países subdesenvolvidos, quando dissociadas de mecanismos de controle que condicionem suas ações aos interesses nacionais, acaba estabelecendo coalizões político-sociais, em âmbito interno, que são perniciosas ao progresso econômico daqueles países” (Baran, 1986, *apud* Silva, 2017, p. 37 -38).

Segundo Silva (2017, considerando as contribuições de Lange, 1986), para romper com o baixo grau de acumulação é fundamental: a) romper com os vestígios feudais responsáveis pela produção de excedente pequeno; b) deixar de usar o excedente econômico para fins improdutivos; c) romper/minorar a dependência em relação ao capital monopolista estrangeiro, o qual transfere lucros e investimentos que somente servem aos propósitos dos países-sede. O resultado da reversão destes aspectos deve vir na forma de uma alta taxa de acumulação, que origina um correspondente incremento no nível de emprego e aumento da produtividade do trabalho, e, finalmente, da renda nacional.

O planejamento econômico socialista impõe movimentos de centralização e descentralização de decisões e ações, de forma a possibilitar o alcance de objetivos estratégicos. O processo de descentralização⁸ deve estabelecer incentivos econômicos na direção de garantir que as decisões das unidades descentralizadas sejam coerentes com o sentido das diretrizes centrais. A descentralização permite que o planejamento não exija que o plano central entre em cada detalhe da vida econômica de determinada região ou área, a qual, considerando as diretrizes gerais do planejamento, poderá decidir e implementar ações de acordo com suas particularidades⁹.

Como mencionado, o planejamento se constitui em um meio para alcançar as metas perseguidas por um plano, neste caso, o projeto nacional. Entre as metas inicialmente estabelecidas após as revoluções socialistas, destaca-se a criação das bases para a construção de um sistema econômico nacional, cuja coluna vertebral é o sistema industrial, sem o qual é impossível a superação do *subdesenvolvimento*.

De acordo com Hernández (2022), nas economias capitalistas a industrialização em bases nacionais é um processo que permite subordinar a acumulação do capital considerando os interesses nacionais. Por outro lado, cabe ressaltar que nas economias socialistas, onde a acumulação em bases capitalistas foi abolida, o planejamento não seria apenas uma forma de construir uma complexa base industrial em si mesma, mas seria um dos fatores estruturantes no caminho para o desenvolvimento e saída da condição de subdesenvolvimento e pobreza de amplas camadas da população (Wasques, 2021). Portanto, a necessidade de um processo de industrialização rápida, em bases nacionais, para sair da condição de pobreza, requer necessariamente de planejamento estatal (Fleider; Oliveira, 2024).

Segundo Pedrozo (2012), a primeira experiência de planejamento socialista inicia na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a qual se caracterizou pelo seu alto grau de

⁸ “A descentralização é um dos melhores meios de preservar um poder altamente centralizado, por que esconde a natureza desse poder por trás de uma capa de autonomia e liberdade individual”. “[...] um Estado centralizado pode acumular mais riqueza e poder dando rédeas a liberdades de mercado individualizadas e descentralizadas. Isso é uma coisa que o Estado chinês reconheceu nas últimas décadas” (Harvey, 2016, p. 136, citado por Silva, 2017; p. 166).

⁹ Por exemplo, Lange (1981) e Fleider e Oliveira (2024), exibem um modelo em que a economia centralizada e o planejamento estatal seriam responsáveis por direcionar os investimentos da economia, com um mecanismo de regulação de preços.

centralização, e cujos princípios posteriormente seriam parcialmente replicados na República Popular da China. Todas as antigas economias socialistas enfrentaram o desafio de combinar mecanismos de mercado e a expansão de empresas privadas, com ações do setor produtivo estatal. Comumente, o desenvolvimento do primeiro resultava no detrimento do segundo, ou vice-versa (Gimenez; Sabbatini, 2020). A China adotou a partir de suas características particulares, e sob certas condições internacionais vigentes, uma versão mais moderna e eficiente dos *modelos de intervenção estatal* que foram essenciais para o crescimento e desenvolvimento do país, em particular da indústria.

Para Ferraz e Diegues (2019), a tradição de planejamento econômico forjada na China permitiu que o país elaborasse e alcança-se os objetivos dos planos de desenvolvimento voltados para a realização de transformações estruturais, seguindo as orientações do Partido Comunista Chinês (presente em todos os espaços da vida chinesa), constantes nos Planos Quinquenais¹⁰. Estes planos germinam no período maoísta (dada a revolução iniciada), junto com as bases da planificação estatal.

3. O período maoísta e a construção das bases da planificação estatal na China

O sistema econômico da China, cujo centro nevrálgico é a indústria¹¹, inicia sua formação com as reformas do período Mao Tsé-Tung (1949-1976), as quais também criaram os meios que possibilitaram o controle da economia, sem os quais não seria possível a ação planejada do Estado¹². Segundo Milaré e Diegues (2012), quatro reformas do período Mao Tsé-Tung merecem atenção, a saber: a) a quebra do imobilismo tradicional, b) a formação da indústria pesada, c) o aumento da área irrigada, e, d) a criação de uma indústria de insumos agrícolas.

A quebra do imobilismo tradicional diz respeito tanto à ruptura com o passado - isto é, romper com as relações de poder cristalizadas na sociedade chinesa, responsáveis pelo atraso e a paralisia do país -, como a inviabilização da formação e consolidação de uma classe no poder que paralisasse o processo de transformação revolucionária necessária à conformação de uma sociedade socialista, ancorada nos interesses nacionais. Vale lembrar que o processo revolucionário criou as bases para esses movimentos, centralizando o poder nas mãos do partido comunista, possibilitando o controle

¹⁰ Os planos Quinquenais chineses têm por objetivo definir a estratégia do país para o desenvolvimento econômico e social em médio e longo prazo. Nestes planos são estabelecidos objetivos que são formulados e implementados para os próximos cinco anos, constituídos em fases ligadas à formulação, avaliação e consolidação de metas, que vão se alterando conforme implementadas (Fleider; Oliveira, 2024).

¹¹ Segundo Furtado (2000, *apud* Hernández, 2022), um Sistema Econômico Nacional é capaz de satisfazer as necessidades da coletividade, como uma relativa autonomia em relação a economia mundial, exige um processo de industrialização, que possibilite a constituição e expansão de uma estrutura produtiva diversificada e integrada nacionalmente.

¹² O planejamento econômico na China resguardava suas origens nas formulações e métodos elaborados pela Comissão de Planejamento Estatal (Carneiro, 2021).

dos meios para levar adiante uma estratégia com vista a conformação de um sistema econômico nacional, com forte controle estatal.

Outro processo que possibilitou o controle e a coordenação do rumo da economia e da sociedade foi a realização de uma ampla reforma agrária, a qual garantiu a legitimidade da revolução de 1949, assim como uma ampla mobilização social em prol da construção de uma nova sociedade. A reforma agrária¹³ foi a mudança estrutural mais radical da sociedade chinesa, a qual havia começado antes de 1949 nas áreas sob controle comunista e que foi completada em 1952, beneficiando 300 milhões de camponeses, eliminando a antiga classe de senhores de terras e consolidando a produção familiar em pequena escala¹⁴ (Nogueira, 2019).

A reforma agrária¹⁵ foi também o ponto de partida da industrialização, uma vez que era necessário que o setor primário suprisse à indústria com matérias primas, assim como aos trabalhadores com alimentos, além de possibilitar o aumento da produtividade do campo¹⁶, a partir do qual o governo chinês obteve recursos para os empreendimentos industriais. Assim, o controle e coordenação da economia rural pelo governo central foi fundamental para a industrialização pesada chinesa, aos moldes soviéticos, no período maoísta¹⁷ (Ruiz, 2006). O aumento da produtividade do trabalho no campo¹⁸ também significou garantia de trabalho e o fornecimento de alimentos para a população e compra de estoque por parte do Estado.

¹³ De acordo com Gonçalves (2006, *apud* Silva, 2017), a Lei de Reforma Agrária teve três objetivos: a) o fim da propriedade feudal e a neutralização da aristocracia rural tradicional, b) a redistribuição de terra para camponeses pobres, c) a proteção dos interesses dos pequenos e médios proprietários de terra e seu distanciamento da influência dos grandes proprietários. Esse aspecto pode ser comparado com as teorias de Lange (1986, *apud* Silva, 2017), pois ao enfraquecer uma fração de classe e romper com as antigas estruturas de pensamento, o governo modifica a correlação de força entre as classes sociais, fomentando a reestruturação agrícola. “A reforma agrária avançou além da distribuição de terras aos camponeses, pois uma série de fazendas e granjas estatais foi organizada, possibilitando que muitos passassem a trabalhadores assalariados (Milaré e Diegues, 2012; p. 364 -365, citando a Pagotto, 2006, p. 2)”. [...] No primeiro plano quinquenal Mao desejava uma expansão econômica, coletivizando as atividades agrícolas por meio da criação das Comunas em todas as regiões, que ficaram responsáveis pela organização da produção e distribuição de produtos (Ruiz, 2006).

¹⁴ No período de Mao Tsé-Tung, houve um esforço para aprofundar a coletivização rural através de criação de comunas em todo o país, visando descentralizar as atividades produtivas e promover a rápida expansão de pequenas indústrias rurais. Contudo, a falta de coordenação central levou ao colapso desse processo, embora tenha contribuído para a expansão em períodos subsequentes (Milaré, 2011).

¹⁵ Teoricamente, outra questão trazida por Lange (1986, *apud* Silva, 2017), é a relação entre a agricultura e indústria, no sentido de que o setor primário se torna, no caso de países subdesenvolvidos como ocorreu na China de Mao, uma fonte de divisas para a importação de bens de capital, e também de ganhos de produtividade que assegurem o barateamento do custo de vida da classe trabalhadora.

¹⁶ De acordo com Milaré (2011), a estruturação da indústria de insumos agrícolas é fundamental para viabilizar a ampliação da produtividade do setor primário e possibilitar o salto industrializante. Permitindo também um aumento considerável no uso de fertilizantes químicos, nitrogenados e pesticidas.

¹⁷ A intervenção do Estado inclusive se viu refletido no controle da mobilidade da população, a qual foi regulada por meio de registros de moradia e de trabalho, controlados pelas instituições públicas e articulados aos grandes projetos estatais de industrialização (Ruiz, 2006).

¹⁸ A China obteve um crescimento significativo nas matrizes industrial e produtiva, alimentado principalmente pelo aumento de capital físico humano, porém, essa expansão não se traduziu em um aumento de produtividade total, pois o país possuía problemas relacionados a fome, má alocação de recursos e catástrofes climáticas (Wasques, 2021).

Dentro das transformações da estrutura econômica do país na era Mao Tsé-Tung, deve ser ressaltada a importância do desenvolvimento da indústria de insumos agrícolas e da expansão da área irrigada, graças ao avanço da infraestrutura de irrigação. Ambos os processos foram fundamentais para viabilizar a ampliação da produtividade do setor primário e possibilitar o posterior salto industrializante.

Por exemplo, a área irrigada em 1952 era de aproximadamente 20 milhões de hectares; já em 1978, passava dos 44 milhões (Milaré e Diegues, 2012; p. 374). No que se refere a indústria de insumos agrícolas,

O aumento na produção de fertilizantes químicos foi surpreendente: passou de 39 mil para 8,69 milhões de toneladas entre 1952 e 1978; a ampliação na produção de fertilizantes nitrogenados também foi significativa: partiu de sete mil toneladas em 1952, para 257 mil toneladas em 1978; outro insumo muito importante para a ampliação da produtividade são os pesticidas, que praticamente inexistiam em 1952 – produziam-se apenas duas mil toneladas – mas atingiram a marca de 533 mil toneladas em 1978. A estruturação da indústria de insumos agrícolas foi fundamental para viabilizar a ampliação da produtividade do setor primário e possibilitar o salto industrializante (Milaré; Diegues, 2012, p. 374).

Segundo Carneiro (2021), naquela época (início do governo Mao) o Partido Comunista Chinês (PCC) impulsionou reformas com vistas à organização de três setores: a) setor estatal que seria o centro da economia e deveria assumir as grandes indústrias, serviços públicos e setores estratégicos, b) setor agrícola, fazendas individuais que seriam transformadas em unidades coletivas, e, c) o setor privado, constituído por pequenas e médias empresas.

O Estado chinês passou a possuir uma rede interconectada de empresas estatais que lhe possibilitaram o controle e coordenação da economia ao PCC; meios sem os quais não seria possível concretizar o planejamento estatal (Milaré; Diegues, 2012). Inicialmente, estas empresas possibilitaram o controle da produção e o fornecimento de bens agrícolas.

Em poucos anos após a revolução (1949) o Estado, além de possuir uma rede de empresas estatais que controlava a produção e fornecimento de bens agrícolas, passou a ser um importante investidor, em particular na indústria, que passou a receber em 1957 mais da metade de todo o investimento fixo, consolidando o controle estatal do investimento, característica da dinâmica de acumulação chinesa (Milaré; Diegues, 2012).

Estes fenômenos foram indispensáveis para o desencadeamento de um processo mais amplo de industrialização baseado na construção da indústria pesada, que inicialmente contou com a estatização da indústria existente¹⁹, assim como com a criação de infraestrutura capaz de fornecer

¹⁹ Carneiro (2021) ressalta que após o triunfo da revolução chinesa a infraestrutura logística se encontrava destruída pelas guerras, sendo seu parque industrial defasado, além de concentrado nas mãos de estrangeiros.

energia e transporte, ampliando a abrangência do mercado interno para os produtos industriais (Milaré; Diegues, 2012)²⁰.

Na era Mao Tsé-tung, as mudanças estruturais, calcadas na indústria pesada, tiveram como propósito melhorar a distribuição regional da indústria assumindo um caráter descentralizado entre o território chinês. Os primeiros planos quinquenais foram formulados com objetivo de desenvolver a indústria pesada, contando com extenso auxílio soviético para sua implementação com apoio de planejadores e engenheiros para implementação dos mais de 150 projetos industriais de origem soviética.

O fortalecimento da defesa nacional por meio da indústria pesada, especialmente assentada no aço, de acordo com Nogueira (2019), também tinha como objetivo transformar a China em uma potência industrial e militar. Isso ocorreu a partir da transformação do sistema produtivo chinês, resultando na crescente participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB), em detrimento da agricultura, cujo desenvolvimento buscava superar o problema histórico de fome na China.

Ademais, o controle de preços dos produtos agrícolas e manejo dos excedentes produzidos pela economia rural por parte do Estado, possibilitou a transferência desses recursos da economia rural para as cidades industriais. Esse viés do planejamento central foi ainda acompanhado por uma importante diretriz política: as regiões deveriam ser autônomas, ou seja, capazes de produzir uma parcela significativa dos produtos demandados pela população local; assim tentou-se criar um subsistema de economias regionais (Ruiz, 2006). Os cinco primeiros planos chineses buscaram tirar o país da condição de economia agrária de baixa complexidade, deslocando o eixo da economia para a indústria (Fleider; Oliveira, 2024).

O esforço da industrialização chinesa foi significativo no período Mao Tsé-Tung. Em 1978²¹ a China possuía um parque industrial robusto, mesmo que atrasado, assim como infraestrutura hidráulica nas áreas irrigadas, fundamental para que Deng Xiaoping a modernizasse. Nesse sentido, é possível afirmar que as transformações realizadas no período de 1949 e 1976 influenciaram

²⁰ “Itens estratégicos para a formação da indústria e o aumento da produção tiveram um forte crescimento, como máquinas (104%), motores de combustão interna (107%), motores elétricos (128%) e transformadores (200%). Esses itens são a base da indústria e indicam, de certa forma, o empenho do país em se preparar para montar seu parque industrial. Outro ponto central na criação da grande indústria é a disponibilidade de energia, sem a qual não há produção. Assim, o crescimento expressivo auferido em setores como o de geradores (951%), turbinas hidrelétricas (1024%), energia elétrica (166%) e petróleo (104%), mostra que a indústria caminhava rumo ao aumento expressivo da produção. Cabe também destacar que a produção de importantes insumos industriais, como o aço e o cimento, foi fortemente ampliada, respectivamente, em 296% e 234%. Outro ponto de destaque foi o aumento de itens relacionados ao transporte. Esses itens são especificamente importantes, pois, além de dinamizar a indústria, possibilitam o atendimento a mercados mais distantes, ampliando assim a abrangência do mercado interno para os produtos industriais. Alguns itens de destaque foram os caminhões, que nunca haviam sido produzidos localmente e nesse período passaram a fazer parte do portfólio industrial do país; a produção de pneus mais que dobrou; e a produção de navios mercantes se ampliou em 109%. Além desses itens, o número de locomotivas cresceu 735% e o de vagões ferroviários, 26% (Milaré; Diegues, 2012; p. 368).

²¹ No início do primeiro plano quinquenal o emprego rural somava 87% ao final da era Mao era de 76% mostrando que o processo de industrialização especialmente da indústria de capital foi um sucesso (Milaré; Diegues, 2012).

decisivamente o processo de transformação industrial acelerado do período subsequente (Milaré; Diegues, 2012).

Segundo Ferraz e Diegues (2019), no período Mao Tsé-Tung, a China adotou o sistema de planejamento imperativo, no qual o Estado decide sobre a alocação de recursos, distribuição de produtos entre consumo, poupança e investimento, e a criação de organismos específicos ligados a uma gestão centralizada. No entanto, existiam ações descentralizadas, de caráter regional, uma vez que o Estado maoísta não viu razões para um planejamento central em todos os níveis de produção²². Para Silva (2017, p. 166), no período entre 1949-1978, “a China esteve sob um arranjo que combinava centralização política e desconcentração econômica, ainda que apenas parcial”.

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978 (após a morte de Mao) buscaram dar continuidade ao processo de industrialização sobre os avanços do período maoísta, mas introduzindo mudanças substantivas no conteúdo do modelo de planificação econômica. Isso porque o maior grau de centralização do planejamento, que caracterizou a maior parte da era Mao Tsé-Tung, foi alterado com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder.

4. A planificação estatal e a industrialização na China no período de 1978 a 2000

Segundo Carneiro (2021), o ano de 1976 foi marcado por mudanças estruturais na política da China, refletida nos novos rumos tomados pela economia. Naquele ano das disputas travadas no PCC acerca dos rumos do socialismo chinês, saiu vitoriosa a posição favorável a um processo de modernização da economia chinesa, em particular da indústria, ancorada em reformas econômicas que incluíam mudanças que não estavam no escopo das experiências das economias socialistas existentes (Carneiro, 2021).

Ao longo da década de 1980, após as primeiras reformas, os mecanismos de planejamento sofreram alterações, dentre os quais destaca-se a “abordagem híbrida”, na qual o planejamento estatal convivía e impulsionava “iniciativas de mercado” (Carneiro, 2021, p. 127). Nessa nova fase, liderada por Deng Xiaoping, surge uma experiência de industrialização *sui generis*, caracterizada pela combinação de mercados concentrados e planejamento descentralizado (Medeiros, 2022), rompendo parcialmente com as características do planejamento que até então tinham orientado a industrialização das economias socialistas, caracterizado por um processo administrativo e de planejamento econômico fortemente centralizado.

²² As escalas dos mercados regionais já estavam estruturadas em torno do comércio inter-regional. No entanto, como a descentralização produzida não foi acompanhada por nenhuma coordenação das diversas atividades produtivas, o sistema econômico entrou em colapso, resultando em uma baixa produtividade agrícola entre 1957-1962 (Ruiz, 2006).

4.1 Principais transformações da indústria no contexto das “quatro modernizações

Dentre as principais rupturas e transformações importantes naquela economia, em 1975, são anunciadas as “Quatro Modernizações”²³ direcionadas aos setores da agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas, mas somente após a morte de Mao Tsé-Tung (1976), na era Deng Xiaoping²⁴, estas reformas tomam corpo, resultando num salto no sistema industrial e na distribuição de riqueza regional (Ruiz, 2006, *apud* Silva, 2017).

A reestruturação da economia com a ascensão de Deng Xiaoping acontece em um momento geopolítico favorável, haja vista a aproximação dos Estados Unidos com a China no contexto da Guerra Fria. No início dos anos de 1970 os EUA, sob a presidência de Nixon e com o objetivo de acirrar o conflito URSS-China, deu à China o tratamento de “nação mais favorecida”, possibilitando o início das exportações americanas de grãos ao longo da década, assim como o acesso ao financiamento internacional, contribuindo no contorno de dificuldades enfrentadas pela China no âmbito do processo de industrialização (Medeiros, 2022).

Concomitantemente, a China passa a ter acesso ao mercado estadunidense, o que lhe possibilitou vencer uma restrição para a sua modernização industrial: a obtenção de dólares para a importação de máquinas. Assim, o aproveitamento do contexto geopolítico emanado da Guerra Fria permitiu que a China modernizasse sua indústria interna a partir de 1979, a qual foi acompanhada pela reestruturação da agricultura, defesa e tecnologia²⁵.

De forma paulatina, na década de 1980 a China iniciou um processo, em setores específicos, de abertura econômica. Segundo Medeiros:

A abertura chinesa foi precedida por um veloz acesso ao financiamento internacional em condições excepcionalmente favoráveis. De acordo com Barnett (1981), a China obteve, em 1979, junto ao governo do Japão, taxas de juros abaixo de 7,25% a.a. para empréstimos acima de 5 anos, uma taxa inferior à recomendada pela OCDE para países em desenvolvimento. Após diversos acordos, a China contraiu em 1979 empréstimos entre US\$ 20 e 30 bilhões,

²³ A política de “Quatro Modernizações” foi um conjunto de metas estabelecidas em 1975 por Zhou Enlai, primeiro-ministro da China de 1949 a 1976, que pretendiam orientar o avanço do desenvolvimento da China rumo a um “sistema econômico independente e relativamente industrial”. As quatro diretrizes para a modernização chinesa seriam, portanto, a orientação do investimento, da educação e da inovação nos seguintes setores: i) indústria; ii) agricultura; iii) ciência & tecnologia; iv) militar. (Carneiro, 2021; p.13).

²⁴ A ascensão de Deng Xiaoping e essas transformações foram qualificadas e ajustadas, produzindo grandes mudanças como a descoletivização das áreas rurais, a criação de mercados locais, a construção de empresas públicas e privadas e a abertura da economia para investimentos diretos estrangeiros e expansão do comércio exterior (Ruiz, 2006).

²⁵ “A ofensiva comercial dos Estados Unidos em relação ao Japão e os tigres asiáticos impulsionou o deslocamento de seus capitais para países de menor grau de desenvolvimento, especialmente a China quem, construiu o seu próprio convite aos capitais privados nas zonas economias especiais. A exposição dos investimentos estrangeiros diretos e das exportações chinesas corresponde a um duplo movimento americano, por um lado diretamente político de promoção da China e isolamento da ex-URSS e outro diretamente econômico, ligado a contenção do déficit comercial com o Japão e os tigres asiáticos” (Medeiros, 2012, p.12). “A China, ao desvalorizar sua moeda, tornou seus produtos mais baratos e aumentou suas exportações para os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, outros países asiáticos, com suas moedas mais valorizadas, viram suas vendas diminuírem. Essa mudança nas taxas de câmbio beneficiou a China e prejudicou os outros países da região” (Medeiros, 2012, p.14).

em sua maioria de governos ou de bancos garantidos por bancos governamentais do tipo *export-import*. Houve um pool de governos para a concessão de US\$ 18 bilhões de empréstimos em 1980: 7 vieram de bancos franceses, 5 de bancos ingleses, 2 de bancos japoneses etc. (Medeiros, 2022, p. 504).

A expansão e o acesso ao crédito permitiram ao governo chinês implementar um massivo programa de importações de máquinas e equipamentos, essenciais para a aceleração da industrialização pesada sem comprometer a expansão da indústria leve de consumo e a agricultura. De maneira combinada, nos primeiros anos de 1980 a China se beneficiou de uma macroeconomia regional expansiva decorrente dos conflitos comerciais entre os EUA e Japão (Medeiros, 2012).

Contudo, essa dinâmica de acesso ao mercado estadunidense teve sua estagnação a partir da segunda metade da década de 1980, no contexto da crise econômica no bloco comunista e o fim da Guerra Fria, levando aos dirigentes chineses a reconfigurarem a matriz econômica (Fleider; Oliveira, 2024). Neste contexto, se impôs a necessidade de reformas econômicas que influenciaram o processo de industrialização em curso, além da agricultura, setores tecnológicos e segurança, exigindo a alteração da ação do Estado.

Em 1989 o Estado chinês optou pela realização de políticas específicas, selecionadas pelo seu Conselho de Estado, voltadas para a consolidação de setores industriais estratégicos, como os de alta tecnologia e de capital intensivo, aliadas as políticas de comércio exterior e de atração de investimentos estrangeiros, políticas cambiais e tecnológicas, explícitas em seu Oitavo e Nono Planos Quinquenais (Masiero; Coelho, 2014).

O Oitavo Plano Quinquenal (1991-1995) teve como principais objetivos ajustar a estrutura produtiva, com foco na modernização (especialmente em setores considerados estratégicos), e na reorganização das indústrias estatais²⁶. As indústrias estatais grandes e médias precisavam de aprimoramento, além da promoção da sua internacionalização. Além disso, buscava-se alcançar um maior equilíbrio entre a demanda e capacidade de produção²⁷. Durante esse período, ocorre a continuidade do fortalecimento da defesa nacional, mas também surge a necessidade de avançar nas questões ambientais, de saúde e de educação (Carneiro, 2021).

Já o Nono Plano Quinquenal (1996-2000) teve como objetivo concluir as etapas do processo da modernização da estrutura produtiva. Neste sentido, buscou acelerar a modernização da

²⁶ De acordo com Masiero e Coelho (2014), as ações implementadas possuíam êxito na concretização dos objetivos. A participação do Estado foi decisiva na alocação dos recursos (excedente econômico), sendo responsável pela infraestrutura, fornecimento de energia e matérias primas; subsidiando também a base tecnológica via importação de bens de produção de alta tecnologia, principalmente no setor metal-mecânico, com vistas a incrementar a manufatura para bens exportáveis com maior valor agregado.

²⁷ Foram concluídos e colocados em atividade 845 projetos de infraestrutura de grande e médio porte, bem como 374 projetos de inovação tecnológica. Em termos de infraestrutura de transporte, foram construídos 5.800 quilômetros de trilhos, 3.400 quilômetros de linhas duplas e 2.600 quilômetros de ferrovias eletrificadas. Os comprimentos de estrada foram aumentados em 105.000 quilômetros, incluindo 1.600 quilômetros de rodovias (Milaré; Diegues, 2019, p. 8).

governança empresarial, além de atingir o desenvolvimento de áreas do interior da China, especialmente a região Oeste. A produção de setores modernos e de maior valor agregado como indústria eletrônica, automotiva, biotecnologia começam a ganhar destaque, cada vez mais intensiva em capital, para o qual foram incentivadas a formação de grandes empresas privadas e a vinda do investimento estrangeiro direto (Carneiro, 2021).

Segundo Masiero e Coelho (2014), destaca-se a determinação de metas de longo prazo, com fortes intervenções governamentais a curto prazo, visando otimizar a estrutura industrial dos setores considerados prioritários no Oitavo Plano (1991-2000). Este processo de consolidação promoveu as economias de escala e a formação de grandes empresas e grupos familiares específicos.

Nessa etapa da industrialização a China fez uso da estratégia de atração do investimento estrangeiro para fomentar a indústria interna, especialmente com o intuito de obter tecnologia e aumentar suas exportações, possibilitando dinamismo externo e estímulo à modernização (Milaré, 2011). Para isto, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais²⁸ (ZEEs) no início dos anos 1980, cujo objetivo era precisamente fomentar as exportações e atrair investimento direto externo, cujas indústrias foram alocadas próximas ao litoral sul e a Hong Kong.

Os benefícios para essas empresas estrangeiras de se instalarem nessa área era a liberdade na política cambial, na qual o Estado desvalorizava a taxa de câmbio, incentivando a produção voltada à exportação, além de promover isenções fiscais²⁹ (Milaré, 2011). Assim, a alavancagem das exportações chinesas contou com uma política essencial: o *yuan*³⁰, o qual foi desvalorizado (1984), estabelecendo-se um mercado dual de câmbio. O câmbio oficial era administrado como uma taxa flutuante, já no “mercado de *swaps*” restrito às empresas das ZEEs e tradings, a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada (Medeiros, 2022).

Essas políticas impulsionaram o desenvolvimento industrial nas regiões definidas como ZEEs, proporcionando, de um lado, a competitividade ao produto chinês, incentivando a instalação de indústrias chinesas exportadoras e; de outro, atraía a atenção das empresas multinacionais, que poderiam transferir parte da sua produção para China (Milaré, 2011).

²⁸ De acordo com o Banco Mundial (2025), em 2008, a Zona Econômica Especial moderna geralmente inclui uma "área geograficamente limitada, normalmente fisicamente segura (cercada); gestão ou administração única; elegibilidade para benefícios baseada na localização física dentro da zona; área aduaneira separada (benefícios livres de impostos) e procedimentos simplificados. Seus objetivos incluem o aumento do saldo comercial, investimento aumentado, criação de empregos e administração eficaz”.

²⁹ Segundo Lazzari (2005, *apud* Milaré, 2011), a carga tributária sofreu uma forte redução, principalmente para estimular a entrada de firmas de investimento estrangeiro. A taxa básica definida pela Lei do Imposto de Renda aplicada a estas firmas era de 33%, no entanto, para aquelas que se instalassem nas ZEEs, era de apenas 15%.

³⁰ Entre 1980 e 1987, a China desvalorizou o *yuan* em relação ao dólar americano em 151%; entre 1987 e 1994 houve um novo processo de desvalorização, atingindo a marca de 55% mantendo-se desvalorizado em um patamar bastante elevado por mais de uma década (Milaré, 2011).

Ao mesmo tempo, a política de reorganização do espaço rural foi decisiva para minimizar o problema de abastecimento de alimentos e matérias-primas, além de incentivar a industrialização. Cabe destacar que a agricultura enfrentava dificuldades deixadas pelo sistema desenvolvido na era maoísta, pois a forma como a produção foi organizada em cooperativas de propriedade coletiva fez com que as famílias não tivessem incentivos para aumentar a produtividade, uma vez que não existia a privatização dos ganhos (Milaré, 2011).

As novas demandas do sistema produtivo tornaram necessária uma reformulação das denominadas *Township and Village Enterprise* (Empreendimentos de Cidades e Vilarejos – TVEs). Esses empreendimentos foram criados na era Mao Tsé-Tung, representando uma classe de empresas de propriedade dos governos dos *towns* (aglomerações populacionais menores que uma cidade, mas maiores que uma vila) e comitês de *villages* (vilarejos), incluindo ainda aquelas possuídas por indivíduos e trabalhadores residentes nessas localidades. Na virada do século, as TVEs passaram a ser responsáveis pela absorção de 18% da força de trabalho e por 40% da produção industrial chinesa, em particular no que diz respeito a uma gama restrita de insumos agrícolas (Masiero, 2006).

Com o objetivo de incrementar a produtividade da agricultura, as reformas de Xiaoping descoletivizaram a agricultura³¹, criando contratos chamados de *bao gan dao hu*, nos quais a propriedade da terra permanecia com o Estado, mas o uso era das famílias. Nesses contratos, as famílias e suas equipes, chamadas de cooperativas, possuíam metas de produção física de produtos agrícolas. Esses produtos eram providenciados pelas famílias gestoras e pagos pela cooperativa. Os insumos eram comprados das agências reguladoras estatais que, além de determinar a meta de produção, também determinavam o valor do imposto gerado por safra, as contribuições para fundos de bem-estar social e a quantidade de nascimentos planejada, visando o controle demográfico.

Este sistema se espalhou rapidamente pelo país, e, em 1983, mais de 94% de todas as famílias camponesas já trabalhavam sob esse sistema de contrato (Milaré, 2011). As TVEs passaram a orbitar em torno das estatais regionais maiores, recebendo capitais estrangeiros, especialmente de Hong Kong, Macau e Taiwan (Gimenez; Sabbatini, 2020).

O crescimento da renda agrícola, resultado da reformulação das TVEs, provocou forte expansão do consumo rural de bens industriais e da produção das empresas rurais. Com parte do excedente agrícola se deslocando para a indústria rural de propriedade das vilas e municípios, viabilizou-se a dinâmica entre agricultura e indústria (Medeiros, 2022). Essa ampliação gerou efeitos multiplicadores nas indústrias rurais, estimulando a produção e possibilitando o desenvolvimento industrial que viria nos períodos seguintes (Milaré, 2011).

³¹ Este movimento se assemelhou à Nova Política Econômica (NEP) de Lenin nos anos 1920, na qual o excedente agrícola poderia ser comercializado a preços de mercado e apropriado pelo camponês, sendo uma parte obrigatoriamente comprada pelo Estado e o remanescente vendido no comércio local possui um preço fixado pelo Estado (Milaré, 2011).

4.2 Os mecanismos de execução da planificação econômica e os avanços do processo de industrialização na década de 1990

O processo iniciado em 1978, que avançou até meados dos anos 1990, teve como um de seus focos integrar a economia de mercado como agente no processo de crescimento econômico. Nesse decurso, a abordagem tradicional, inspirada no modelo soviético centralizado, deu lugar a um planejamento mais flexível, que incorporou também a participação regional. De acordo com Gimenez e Sabbatini (2020), o corpo diretivo das estatais se responsabilizava pela introdução dos mecanismos de mercado através de mecanismos contratuais, especialmente de incentivo ao lucro e à prática mercantil de compra de insumos e venda de produtos, o que fez com que as empresas estatais tivessem um aumento na autonomia em relação ao executivo³².

Este processo foi se manifestando nas aparências da reorganização das TVEs, nas quais o Estado chinês não perdeu o controle da produção, apenas o exercia de forma indireta, uma vez que a ampliação da produção³³ e a diversificação da pauta produtiva realizada por essas entidades (TVEs) atendiam ao planejamento de longo prazo chinês definido no projeto das Quatro Modernizações (Milaré, 2011).

Com a experimentação desses mecanismos e políticas, o Estado assumiu o papel de responsável pelo macrocontrole, utilizando o planejamento para reorientar o setor conforme suas estratégias de desenvolvimento e maximizar seus ganhos. Paralelamente, a inserção das forças de mercado no cálculo econômico dos produtores permitiu não apenas incentivar a produção, mas também melhorar a eficiência e reduzir os custos por unidade produzida, com o lucro atuando como orientador macroeconômico (Carneiro, 2021).

O papel do planejamento estatal no âmbito das reformas industrializantes também se destaca no processo de transformação das empresas estatais³⁴, as *State Owned Enterprises* (SOEs), também criadas na era maoísta (1949-1976). Em 1980, essas empresas eram responsáveis por 76% de todo

³² Com auxílio das tecnologias da informação o Estado passou a elaborar planos mais precisos voltados a descentralização da produção estatal, aumentando a concorrência entre as empresas, assim como, a expansão de empresas coletivas. Ao mesclar incentivos de mercado com a prestação de contas à burocracia Estatal, esse modelo, implantado por Deng Xiaoping, foi capaz de aliar o aumento de produtividade e apropriação privada de uma parte dos excedentes, com o controle estatal e planejamento industrial, Gimenez e Sabbatini (2020).

³³ Entre 1978 e 1983, a produção agrícola havia aumentado 7,9% ao ano e a produtividade do trabalho agrícola crescido em 5,8% a.a. A proporção da comercialização da produção de grãos saiu de 20% em 1977 para 30,9% em 1983. No ano seguinte, a proporção da comercialização frente à produção total agrícola havia ultrapassado 53%. (Carneiro, 2021 citando Riskin, 1987, p. 299).

³⁴ Para coordenar sua reforma foi criado um órgão denominado *State Assents Supervision and Administration Comision* (SASAC). A partir delas foi possível coordenar a política industrial e tecnológica chinesa, bem como realizarem investimentos estratégicos (Milaré, 2011).

PIB chinês (Milaré, 2011), assim como pela promoção da educação, da saúde, e do investimento em ciência e tecnologia, para o qual tinham um compromisso explícito diante a sociedade urbana.

Em 1987 se constitui o Sistema de Responsabilidade Contratual. Semelhante ao que ocorreu no espaço rural, cada empresa estatal firmava um contrato com o governo no qual se comprometia com um valor de contribuições, que deveria ser pago ao final do ano. A atuação destas empresas foi ampliada, nesse processo foi separado o orçamento das estatais do orçamento do governo, assim o governo propunha metas e indicava administradores, ao passo que as SOEs ficavam responsáveis por apresentar os resultados (Milaré, 2011).

Com essas condições, as SOEs mantinham taxas elevadas de investimento, contribuindo para o aumento do PIB chinês, com a geração de emprego e transformação da estrutura produtiva. Além, de colaborarem com a dinamização da cadeia produtiva ao demandar e estimular a produção das TVEs, garantindo por sua vez, o crescimento da renda dos trabalhadores.

Milaré (2011) argumenta que as SOEs também foram incentivadas a controlar as grandes empresas e formar conglomerados, paralelamente as empresas pequenas eram assumidas pelas TVEs de médio porte, ou privatizadas, de forma possibilitar maior eficiência econômica. A formação de conglomerados possibilitou maior capacidade de investimentos, o qual permitiu: a) modernização do parque produtivo; b) direcionar a estrutura para setores mais intensivos em P&D e; c) que os grupos nacionais chineses tivessem capacidade para concorrer no mercado internacional.

Desta forma, o Estado, o qual também indicava gestores, controlava as SOEs nas metas e no direcionamento dos seus objetivos, definindo seu planejamento econômico. Essas empresas são, na estratégia do PCC, instrumentos para realizar parte dos investimentos, demandar produtos e abrir caminhos para a exportação chinesa, sendo, assim, pilares da estratégia da industrialização chinesa.

Na condicionante externa, como já mencionado, a partir da década de 1990 a cooperação entre China e EUA se altera, haja vista o fim da Guerra Fria. Concomitantemente, a China começa a se configurar como uma concorrente comercial dos EUA, o que alteraria a estratégia estadunidense que passa a buscar conter o crescimento chinês. Neste contexto a China adentra em uma nova época no seu processo de industrialização, caracterizada por uma política industrial com maior foco na exportação de maior intensidade tecnológica, essencial para o crescimento econômico acelerado e a transformação do país em uma potência industrial.

Segundo Gimenez e Sabbatini (2020), a nova ordem econômica mundial implementada a partir da década de 1980, caracterizada pela desregulamentação e pela liberalização dos fluxos comerciais e financeiros *transfronteiriços*, acirrou a concorrência capitalista em escala mundial, da qual a China passou a ser protagonista, uma vez que vai se tornando produtor industrial e exportador mundial. Este processo configura o país como rival da economia dos Estados Unidos, além dos conflitos de caráter político-ideológico.

De acordo com Morais (2015), dentre os objetivos da política econômica, a China busca ascender nas cadeias de produção global. Ademais, a forte ênfase nos investimentos em infraestrutura (responsáveis por geração de demanda efetiva) a busca por ganhos de competitividade industrial e a redução dos custos com *links* de serviços também se tornam elementos da política econômica. Os investimentos em infraestrutura, em conjunto com a construção civil, transformam-se no principal motor de expansão do PIB nos anos recentes, além de progressos chineses na oferta de serviços de transporte e telecomunicação, os quais são marcantes no contexto internacional.

Nesse arranjo geopolítico e geoeconômico se observa uma política industrial muito mais ativa na China, possibilitando a ampliação de sua participação no comércio internacional, com maior relevância na produção de manufaturados ou, ainda, seu grau de sofisticação na pauta exportadora. Segundo Medeiros (2022), no início dos anos 1990 houve uma mudança na dinâmica dos capitais internacionais em relação à China, uma vez que centenas de empresas estadunidenses, japonesas e europeias começaram a se instalar na China, atraídas pelas ZEEs, alterando a relação entre exportações e importações sobre o PIB, a qual passou de 10% em 1978 para 17% em 1984 e 44% em 1995³⁵.

Importa ressaltar que as empresas estrangeiras na China tiveram, como condição para sua instalação, a transferência de tecnologia, assim como a demanda de matérias-primas das empresas locais. A absorção de tecnologias se realizava fundamentalmente através das *joint ventures*³⁶, estimulando o circuito produtivo. Assim, a China pôde aprender com seus parceiros e iniciar um processo de engenharia reversa nos mais diferentes setores, contribuindo para a dinamização do mercado interno, a transferência de tecnologia de ponta, a capacitação de seus trabalhadores e o aumento das exportações. A determinação dos objetivos e as atribuições das empresas estrangeiras no sistema produtivo evidenciaram a participação do Estado chinês no processo de desenvolvimento industrial (Milaré, 2011). Assim,

O componente de abertura das ZEEs consiste em serem regiões captadoras de investimentos e de instalação de empresas estrangeiras; entretanto, estas áreas possuem elementos de protecionismo ao não adotarem abertura irrestrita, tendo em vista que os investidores estrangeiros estariam condicionados a promover uma associação com empresas nacionais, transferindo tecnologia (Silva, 2017, p. 171).

³⁵ De acordo com Medeiros (2012), a China já figurava nos anos 90 como segundo maior recebedor, depois dos Estados Unidos, de investimento direto estrangeiro, em particular de empresas americanas, as quais eram funcionavam como contrapeso a política comercial e diplomática com os EUA de contenção da China, da mesma forma que a atração exercida pela China sobre os capitais asiáticos os torna reféns do dinamismo econômico chinês.

³⁶ No formato de *joint venture* a empresa estrangeira concorda em compartilhar capital e outros recursos com outros sócios, para estabelecer uma nova entidade no país alvo. Tipicamente, a sociedade é feita com empresas locais, mas podem também envolver autoridades governamentais, outras empresas estrangeiras ou um composto de participantes locais e estrangeiros (Lima; Carvalho, 2013).

Desta forma, em suma, a China praticou a proteção do mercado interno e a promoção de exportações conjuntamente, liberalizando o acesso aos investimentos externos antes da liberalização das importações, sem inicialmente abrir o mercado interno para as empresas estrangeiras (Medeiros, 2022), impulsionando o desenvolvimento do sistema industrial interno.

As ZEEs foram importantes instrumentos para o país transitar de uma inserção nos elos mais fracos da cadeia produtiva para a participação em elos de maior complexidade tecnológica³⁷. Essa dinâmica chinesa esteve fortemente vinculada à importação de bens de capital, transferência tecnológica, captação de investimentos estrangeiros e exportação de máquinas e equipamentos (Masiero; Coelho, 2014).

Para Cintra e Martins (2013), parte significativa desse dinamismo chinês foi fruto da sua integração produtiva com os países desenvolvidos por meio das Cadeias Globais de Valor – CGV³⁸, que são controladas, em boa parte, pelas grandes multinacionais dos Estados Unidos, da Europa, do Japão e da Coreia do Sul. À medida que a China avança em seu processo de industrialização e de inserção nas cadeias globais de valor, modifica suas estratégias tecnológicas e políticas de incentivos aos investimentos estrangeiros.

Desta maneira a China, através de uma estratégia política, industrial e tecnológica³⁹, ancoradas na planificação, foi capaz de modernizar seu parque produtivo, formando indústrias exportadoras que passaram a se inserir no circuito produtivo global como uma espécie de intermediário entre os Estados Unidos e os países mais desenvolvidos do leste europeu e sudeste asiático⁴⁰ (Milaré, 2011). A realização desses objetivos passava pela aceleração do crescimento econômico do conjunto da economia e pela diversificação da indústria (Medeiros, 2022).

³⁷ O mais importante esforço nacional no sentido de efetuar um conjunto de políticas para promoção da ascensão da China nos setores intensivos em tecnologia veio em 2006, em meio a consolidação do slogan “*indigenous innovation*”. Do ponto de vista do avanço da indústria chinesa, a estratégia “*indigenous innovation*” tem como princípio básico evitar a dependência de padrões tecnológicos estrangeiros, tanto para a indústria civil quanto para a militar, promovendo a ascensão nas cadeias globais de valor por meio de empresas nacionais que sejam detentoras da propriedade intelectual dos produtos e serviços (Morais, 2015).

³⁸ Essa relação apresentou três circuitos que operam de forma articulada: a) Investimentos externos americano, japonês, coreano e europeu subsidiárias de empresas transnacionais, cuja produção fora orientada para exportações destinadas aos Estados Unidos e a Europa como mercado interno chinês em expansão; b) As cadeias produtivas de manufaturas globais, que articularam as empresas dos países desenvolvidos, detentoras de grandes marcas mundiais, e as grandes empresas de países asiáticos, que fornecem suprimento de máquinas e componentes para a indústria chinesa, a qual exporta produtos acabados para todo o mundo, sobretudo os Estados Unidos e Europa e; c) O segmento da indústria de consumo não durável, liderado pelas cadeias varejistas dos Estados Unidos e da Europa, envolve a China como seu fornecedor. Essa articulação faz com que a China se tornasse centro global de montagem e produção de manufaturas mundial.

³⁹ Em 2006, no mesmo ano da implantação do “*indigenous innovation*”, o governo lançou o Programa Nacional de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, um plano com horizonte e metas até 2020, que articula pesquisa básica e aplicada em áreas-chave e em fronteiras tecnológicas com uma dezena de megaprojetos nacionais, reformas institucionais do sistema nacional e políticas públicas na promoção de inovação nacional. O Programa Nacional de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia parte de um diagnóstico amplo dos problemas e limitações do padrão de crescimento chinês, tais como sua excessiva dependência de energia e de recursos, resultando em elevado custo ambiental; uma estrutura econômica (Morais, 2015).

⁴⁰ Nesse sentido, cabe destacar a criação das ZEEs costeiras como uma estratégia de absorção dos capitais de Hong Kong e Formosa.

Nesse processo de reconfiguração do sistema industrial cabe destacar o papel do sistema bancário chinês, o qual possui especificidades e diretrizes próprias que divergem da lógica financeira ocidental, tendo como tarefa principal serem bancos de desenvolvimento, claramente orientados à promoção dos investimentos produtivos, possibilitando que o investimento privado⁴¹ seja estimulado pela ação estatal. As características do sistema bancário também possibilitam que os bancos chineses sejam instrumentos de medidas anticíclicas como a crise de 2008 (Silva, 2017).

De acordo com Silva (2017), o sistema bancário chinês foi estabelecido no início da República Popular da China⁴² e seguia formato semelhante ao soviético, embora com conteúdo diferente. O Banco do Povo da China teve suas funções de Banco Central retiradas durante a Revolução Cultural entre 1966 e 1976, porém retomou seu papel no final da década de 1970, sendo o responsável pelas questões cambiais e de controle financeiro.

Com relação aos bancos estrangeiros, esses foram permitidos de modo gradativo e restrito a condições específicas. Apenas em 1979 se autoriza o estabelecimento de escritórios de bancos de outros países. A partir da década de 1980 estes passaram a realizar operações nas ZEEs. Estas operações seriam ainda mais flexibilizadas em 1994, quando aos bancos estrangeiros foram permitidas operações em áreas vizinhas (Silva, 2017).

De acordo com Silva (2017), durante as décadas de 1980 e 1990 a política industrial chinesa esteve alinhada a dois modelos extremos: 1) o modelo de administração maoísta, no qual se estabelecem metas, planejamento central e alocação de recursos via empresas públicas; e 2) o estilo japonês, que estimula a competitividade das empresas privadas, estabelecendo grandes empresas, primeiro em mercado doméstico e, depois, em nível global. Na fase da abertura, ao longo dos anos 1990, a China executa um modelo de economia planejada com regulação do mercado como suplemento de uma estrutura, na qual o governo ajusta o mercado e guia os empresários (Silva, 2017).

Em termos de planejamento, importa destacar que na década de 1990 a planificação da economia já tinha adquirido novas características, as quais são aprimoradas e ajustadas considerando as novas metas fins da indústria. De acordo com Gimenez e Sabbatini (2020), o Estado exerceu um controle direto sobre os setores produtivos estratégicos, inclusive na fronteira tecnológica através das empresas estatais, empresas de capital misto ou *holdings*, graças a medidas permanentes de

⁴¹ Przychynski (2019) aponta que em 2005 a participação do setor privado cresceu 60% do valor agregado gerado na China e empregava cerca de 50 milhões de pessoas. Nesse contexto se consolida as relações entre o sistema produtivo e o setor privado chinês.

⁴² Segundo Silva (2017), o processo de reforma do sistema bancário chinês possui três etapas: a) A primeira fase vai de 1978-1993, a qual o sistema bancário da China deixa de ser mono bancário, centralizado no Banco do Povo da China, em um conjunto de bancos comerciais que possuíam unidades independentes, sob controle do Ministério das Finanças do Conselho de Estado; b) A segunda etapa se dá em 1994-2000, se caracterizando por uma mudança gradual para um sistema que opera com menor intervenção administrativa e maior autonomia; c) A terceira se caracteriza pelo aprofundamento da liberalização conforme as exigências da Organização Mundial do Comércio, ampliando a atuação de instituições estrangeiras sem que fosse um ambiente liberal aos moldes ocidentais.

planejamento e de política industrial, de inovação, de comércio exterior e de apoio à internacionalização de empresas, públicas e privadas.

Uma segunda fase de reforma do papel das empresas estatais se inicia em 1992 e estende-se até 2003. Neste, são acelerados os processos de privatização em larga escala, sobretudo de empresas de menor porte ou de setores de bens de consumo (Gimenez; Sabbatini, 2020). O objetivo com isto era centralizar a atividade produtiva do Estado nas empresas de maior porte e de maior importância estratégica para o país, sendo implementadas nesse processo as fusões, aquisições e formações de conglomerados de empresas públicas.

Desse modo, a política industrial chinesa pretendeu em seus dois primeiros planos (1991-1995 e 1996-2000) criar condições para consolidar e expandir os setores prioritários em duas frentes estratégicas: incrementá-los tecnologicamente por meio de importação de bens de capital e recepção de investimento estrangeiro direto, e direcioná-los à inserção comercial internacional por meio da exportação. No décimo e décimo primeiro planos (2001-2005 e 2006-2010), os setores industriais estipularam metas de desempenho para garantir um rápido desenvolvimento de seus segmentos, tendo seus principais indicadores organizados em torno da produção, reestruturação tecnológica e da reorganização industrial⁴³ (Masiero; Coelho, 2014).

Vale realçar que, no período pré-reformas, a economia funcionava por meio do monopólio da compra pelo Estado. No pós-reformas, a economia transitou para uma construção de mercado sob o comando do Estado, introduzindo mecanismos que estimularam a economia (Corrêa, 2015). No caso do planejamento, podemos afirmar que:

(...) houve uma relativa substituição do planejamento central e uma opção pela regulação política indireta. Daquele primeiro modelo restariam ainda duas bases: (i) alocação de crédito via bancos estatais e (ii) forte presença de empresas estatais em setores estratégicos, as quais seguem o planejamento do governo (Medeiros, 2006). Desta forma, o Estado chinês não deixa de executar o planejamento; em vez disso, ele passa a articular planejamento com políticas indiretas e permite a inserção gradativa de instrumentos típicos de economias de mercado (Silva, 2017, p. 174).

Dessa forma, no governo Deng Xiaoping (1978–1992), assim como ao longo da década de 1990, a China assenta as bases do desenvolvimento em uma combinação entre planejamento centralizado e forças de mercado. A planificação da economia chinesa adquire novas características, mas mantém como princípio a subordinação das metas econômicas aos objetivos políticos.

⁴³ De acordo com Milaré e Diegues (2019), os planos de desenvolvimento chinês foram planejados seguindo etapas claras: desenvolveu a capacidade instalada industrial buscando primeiro desenvolver sua indústria de base, passando depois para uma fase de modernização de sua estrutura industrial para se relacionar com as grandes economias, absorvendo tecnologia e realizando endogenização da inovação tecnológica, além disso os planos tem capacidade de realização, e atingem ou ficam muito próximos às metas previstas.

Assim sendo, o novo esforço de avanço no processo de industrialização chinês, de acordo com Pinto (2015), possibilitou a China, no início do presente século, desempenhar um papel de protagonismo na dinâmica asiática e mundial tanto pelo lado da oferta⁴⁴ como pelo lado da demanda global. O país se tornou o principal produtor e exportador mundial de produtos de tecnologia da informação e de bens de consumo industriais, intensivos em mão de obra e em tecnologia, destinados, principalmente, aos mercados americanos e europeus.

O percurso realizado até aqui, em síntese, permite afirmar que a China, como potência do século XXI, é resultado de processos combinados, iniciados com a chegada de Mao Tsé-Tung ao poder, qualificados e reformulados no governo de Deng Xiaoping. Isso possibilitou, conforme colocado no Décimo Plano Quinquenal (2001-2005)⁴⁵, avanços em novas fases do desenvolvimento socioeconômico, por meio do crescimento econômico, destacando o progresso tecnológico como eixo central para maior concorrência e sobrevivência na geopolítica e geoeconomia mundial⁴⁶.

Considerações finais

A planificação é uma ferramenta essencial na conformação dos sistemas econômicos, uma vez que é peça-chave na distribuição e no uso estratégico do excedente econômico pelos diversos agentes, sob a tutela do Estado.

Na época de Mao Tsé-Tung (1949-1976), o processo de planificação da industrialização da China teve suas bases assentadas na centralização da tomada de decisões, assim como nos mecanismos de implementação e controle, que apresentavam um viés mais centralizado. Esse modelo promoveu avanços significativos na industrialização inicial do país, mas também gerou desafios, como a baixa produtividade agrícola e a falta de coordenação entre as diversas atividades produtivas. Em contrapartida, a rigidez do planejamento centralizado na era Mao suscitou equívocos nas tomadas de decisão em níveis superiores, ao desconsiderar as realidades locais, resultando em crises. Um exemplo disso foi a Grande Fome, na qual a falta de flexibilidade e a imposição de metas comprometeram a produção.

⁴⁴ Em 1980, a China exportava menos que o Brasil, em 2010 se tornou a maior exportadora do mundo. A participação do PIB da China no PIB mundial saltou de 2,5 % em 1983 para 12,5% em 2013, se tornando a segunda maior economia do mundo (Pinto, 2015).

⁴⁵ No Décimo Primeiro Plano Quinquenal (2006-2010), a condução do planejamento econômico foi marcada pela atenção primordial à reestruturação das empresas estatais e do mercado, assim como pelo aprimoramento da administração pública e da regulação ambiental. Foi um período marcado por maior atenção ao mercado interno, buscando a integração do mercado nacional. Neste plano, também foi priorizada a modernização da agricultura e o aumento da renda dos agricultores por meio de políticas de reformas rurais, o que levou à abolição dos impostos agrícolas (Carneiro, 2021).

⁴⁶ Em relação à discussão geoeconômica e geopolítica inicial do século XXI, ver texto de Prestes e Espíndola (2023) "A China na economia mundial pós-2000: para além das estratégias imperialistas e geopolíticas".

O viés altamente centralizador da planificação estatal chinesa, assim como os mecanismos vinculados à sua implementação, foi reformulado na era Deng Xiaoping (1978-1990), à luz de novos desafios na economia interna, assim como na geopolítica mundial, sobretudo chamando atenção para o desenvolvimento industrial, impulsionado pela combinação de políticas institucionais de inovação. A planificação passou por um processo de aprimoramento e complexificação da ação do mercado de forma planificada, com crescente peso do setor privado, concomitante a uma renovação e amplificação do caráter de liderança estratégica das empresas do Estado.

Deng Xiaoping introduziu reformas que descentralizaram a economia, permitindo maior autonomia por parte das regiões e incentivando a participação do setor privado. Essa mudança revitalizou a indústria chinesa, promovendo crescimento econômico interno e, mais tarde, se expandido para além de suas fronteiras, transformando a China em uma potência global.

Para tanto, foram promovidos ajustes no planejamento que incidiram na estrutura de produção, por meio do uso de novas tecnologias, reorganização interna dos setores, formando classes empresariais de grande escala de produção, houve estímulo à modernização dos sistemas de gestão, permitindo a participação privada em empresas estatais e incentivo a internacionalização das empresas (Masiero; Coelho, 2014). Neste processo cabe destacar o papel do sistema financeiro, que possibilitou o surgimento de um dinâmico setor privado, assim como um processo de centralização ao grande capital estatal (Jabbour; Paula, 2018).

Em um novo contexto de abertura econômica e acirrada concorrência internacional, as ZEEs também foram reformuladas em seus objetivos e processos. Foram implementados mecanismos, como as *joint ventures*, que incidiram de forma importante nas transferências tecnológicas, possibilitando às indústrias locais melhorarem sua eficiência na produção para o mercado interno, assim como para concorrer no mercado internacional, promovendo um estímulo às exportações, combinado com um processo de proteção do mercado interno.

Destá maneira, a planificação econômica da China foi uma condição indispensável para o nascimento e posterior florescimento, em um espaço de tempo relativamente curto, de um sistema industrial ancorado em setores estratégicos, como a produção de bens de capital, siderúrgico, mecânico, energético, bélico, dentre outros exemplos. Este salto no processo de industrialização foi vital para a superação do subdesenvolvimento.

Referências

BANCO MUNDIAL. Indicadores de Desenvolvimento. **World Bank Group**. 2025. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=#>. Acesso em: 09 mar. 2025

CARNEIRO, N. M. **Desenvolvimento e planejamento econômico no “socialismo com características chinesas”**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

CINTRA, M. A. M.; MARTINS, A. R. A. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. *In: _____*. (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Ipea, 2013. pp. 211-321.

CORRÊA, A. P. Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. *In: China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. pp. 189-235.

FERRAZ, G. C. M.; DIEGUES, A. C. **Planejamento econômico e política industrial na China: dos planos quinquenais ao *made in China 2025***. Campinas: IV ENEI, 2019.

FLEIDER, T.; OLIVEIRA, J. A. P. Planejamento para o desenvolvimento: Lições dos processos de planejamento na China. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 29, p. e90293-e90293, 2024.

GIMENEZ, D. M.; SABBATINI, R. **Industrialização nacional e o protagonismo do Estado em dois tempos**. Campinas: Instituto de Economia, 2020.

HERNÁNDEZ, M. G. **Internacionalização produtiva e regressão estrutural do México na divisão internacional do trabalho (1995-2019)**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, 2022.

JABBOUR, E.; NOVA, V. B.; VADELL, J. “O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], v. 26, n. 59, p. 377-400, 2023.

JABBOUR, E.; PAULA, L. F. A China e a socialização do investimento: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rengel- Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.l.], v. 22, n. 1, 2018.

LANGE, O. O papel do planejamento numa economia socialista. *In: POMERANZ, L. (org.)*. **Oskar Lange: Economia**. São Paulo: Editora Ática, 1981. p.121-136.

LIMA, G. B.; CARVALHO, D. T. Joint-Venture como estratégia de internacionalização de empresas: um ensaio teórico. **Revista de Negócios Internacionais**, [S.l.], p. 65-73, 2013.

MASIERO, G. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. **Revista Brasileira de Economia Política**, [S.l.], v. 26, p. 425-444, 2006.

MASIERO, G.; COELHO, D. B. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia *going global*. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 34, p. 139-157, 2014.

MEDEIROS, C. A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 19, p. 496-516, 2022.

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/medeiroschina.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

MILARÉ, L. F. L. **O processo de industrialização chinesa: uma visão sistêmica.** Sorocaba: UFSCAR, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/f0d8214c-be2b-4347-8814-8bc4ff5a2aeb>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MILARÉ, L.F.L.; DIEGUES, A.C. Construções da Era Mao Tsé-Tung para a Industrialização Chinesa. **Rev Econ Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012.

MORAIS, I. N. Políticas de fomento à ascensão da china nas cadeias de valor globais. *In*: CINTRA, M.; FILHO EDISON; P. E. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p.45-82.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Carta Internacional**, [S.l.], v. 14, n. 2, 2019.

PEDROZO, G. E. **A via chinesa de desenvolvimento e o papel das empresas estatais na dinamização da economia.** São Paulo: UNESP, 2012.

PINTO, E. C. A integração econômica entre a China e o Vietnã: estratégia China *Plus One*, investimentos e cadeias globais. *In*: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

PRESTES, V. O.; ESPÍNDOLA, C. J. A China na economia mundial pós-2000: para além das estratégias imperialistas e geopolíticas. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 86 –Dossiê de Geopolítica, p.147-175, mai. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/89799/53120>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PRZYCZYNSKI, W. G. **A mudança na orientação dos planos quinquenais e em pesquisa e desenvolvimento na China (2001–2015).** 2019. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RUIZ, R. M. **Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000).** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519975.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 672-688, 2012.

SILVA, J. H. F. **Alterações na estrutura produtiva no Brasil e na China: um estudo comparativo das políticas industriais recentes.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

WASQUES, R. N. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 78, p. 156-181, 2021.